



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 6702/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Pirangi
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI
Período 12/2017
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-13 UNIDADE REGIONAL DE ARARAQUARA
Responsável Luiz Carlos de Moraes
Cargo PREFEITO
CPF 005.808.248-45
Período de Gestão 01/01/2017 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Questionário sobre Transporte	12	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 28.552.076,73	
Realização acumulada	R\$ 31.635.855,08	
Variação	R\$ 3.083.778,35	10,8005%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 31.635.855,08	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 28.409.713,64	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 3.226.141,44	10,1977%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -3.500.225,16	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 3.720.200,00	
Diferença	R\$ -7.220.425,16	206,2846%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Pelo exposto, caberá à Auditoria observar a ocorrência de eventuais alertas efetuados, sem as devidas medidas de ajustes, consignando a ocorrência em item próprio do relatório das contas anuais.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de

2.6 - GF24 - Análise do Resultado Nominal - Resultado Realizado X Meta da LDO

Resultado Nominal Realizado no Exercício	R\$ -3.231.235,91	
Resultado Nominal Previsto no Anexo de Metas	R\$ 126.000,00	
Diferença	R\$ -3.357.235,91	103,8994%

Diante dos dados acima, verifica-se que o Resultado apurado no exercício demonstrou uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da pretensão estabelecida no Anexo de Metas da LDO, cabendo à auditoria examinar as causas (como queda de arrecadação sem as devidas adequações de contingenciamento de dotações, despesas acima das metas fixadas, aumento do endividamento de longo prazo, redução das disponibilidades por pagamentos de dívidas de curto prazo ou de despesas extraorçamentárias, etc).

2.7 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI	R\$ 1.577.277,93	R\$ 255.434,90

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI	R\$ 1.675.470,31	R\$ 1.727.474,38	R\$ 9.276,05

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI	R\$ 514.324,67	R\$ 1.257.108,04	R\$ 916.357,14

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.8 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 12.890.573,32	R\$ 28.327.569,34	45,5054%	54,0000%
4/2017	R\$ 12.899.446,54	R\$ 29.346.307,47	43,9559%	54,0000%
8/2017	R\$ 13.311.800,63	R\$ 30.495.849,05	43,6512%	54,0000%
12/2017	R\$ 13.758.027,34	R\$ 30.812.924,91	44,6502%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.9 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
12/2017	R\$ 30.812.924,91	R\$ -5.708.627,23	-18,5267%
8/2017	R\$ 30.495.849,05	R\$ -5.430.283,78	-17,8066%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.10 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 30.812.924,91	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 4.930.067,98	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.11 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.12 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 30.812.924,91	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 6.778.843,48	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.13 - GF32 - Análise da Aplicação de Recursos decorrentes da Alienação de Ativos

Nome do Órgão	Saldo Anterior	Receitas de Alienação	Aplicações Efetuadas	Saldo a Aplicar
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI	R\$ -40.285,59	R\$ 30.000,00	R\$ 0.00	R\$ -10.285,59

De acordo com o quadro acima, verifica-se que as receitas derivadas de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público foram aplicadas na sua totalidade durante o exercício, cabendo à auditoria confirmar in loco os valores e a sua destinação, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar 101/00 e, se o caso, o atendimento às regras da Lei Federal 8.666/93, apontando eventuais irregularidades nos itens próprios do relatório das contas anuais.

2.14 - GF38 - Operações de Crédito X Despesas de Capital (regra de Ouro)

Análise deste item encontra-se prejudicada, em vista da não realização de Operações de Crédito, cabendo à auditoria a sua confirmação loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.15 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	

<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 1.577.277,93	R\$ 500.729,90	R\$ 1.563.683,16	R\$ 514.324,67
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 255.434,90	R\$ 1.174.740,41	R\$ 173.067,27	R\$ 1.257.108,04
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 56.040,49	R\$ 2.625.373,23	R\$ 2.529.938,28	R\$ 151.475,44
Outros	R\$ 0,00	R\$ 28.041.240,55	R\$ 27.865.393,28	R\$ 175.847,27
Total	R\$ 1.888.753,32	R\$ 32.342.084,09	R\$ 32.132.081,99	R\$ 2.098.755,42

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 22.384.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 6.767.878,92
Índice Apurado	30,2353%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 22.453.153,83	
Despesa Empenhada	R\$ 6.490.031,32	28,9048%
Despesa Liquidada	R\$ 6.340.683,95	28,2396%
Despesa Paga	R\$ 6.232.839,59	27,7593%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 22.453.153,83	
Despesa Empenhada	R\$ 6.490.031,32	28,9048%
Despesa Liquidada	R\$ 6.340.683,95	28,2396%
Despesa Paga	R\$ 6.232.839,59	27,7593%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -12.744,80	R\$ 3.352.076,97	R\$ 3.352.076,97	100,0000%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao caput do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -12.744,80	R\$ 3.352.076,97	R\$ 2.912.443,98	86,8848%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 1.893.991,74	R\$ 3.149.346,65	166,2809%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 21.784.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 6.831.659,44
Índice Apurado	31,3609%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 21.587.982,71	
Despesa Empenhada	R\$ 6.664.971,89	30,8735%
Despesa Liquidada	R\$ 6.645.479,85	30,7832%
Despesa Paga	R\$ 6.506.385,25	30,1389%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 21.587.982,71	
Despesa Empenhada	R\$ 6.664.971,89	30,8735%
Despesa Liquidada	R\$ 6.645.479,85	30,7832%
Despesa Paga	R\$ 6.506.385,25	30,1389%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

5.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

6 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

6.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 30.992.686,00	R\$ 34.155.581,74	10,21%	107,96%
Receitas de Capital	R\$ 1.374.590,73	R\$ 1.199.570,05	-12,73%	3,79%
Deduções da Receita	R\$ -3.815.200,00	R\$ -3.719.296,71	-2,51%	-11,76%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas	R\$	R\$		

Orçam.	28.552.076,73	31.635.855,08	10,80%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 28.552.076,73	R\$ 31.635.855,08		100,00%
		R\$ 3.083.778,35		10,80%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 28.113.813,06	R\$ 26.761.426,39	4,81%	90,46%
Despesas de Capital	R\$ 2.815.488,83	R\$ 1.912.719,12	32,06%	6,47%
Reserva de Contingência	R\$ 0,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasses de duodécimos	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	0,00%	3,38%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 89.691,46		0,30%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 31.929.301,89	R\$ 29.584.454,05	7,34%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 31.929.301,89	R\$ 29.584.454,05		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 2.344.847,84	7,93%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ 2.051.401,03	6,48%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela

origem, demonstra que o órgão obteve um superávit no período, correspondendo a 6,48% da receita realizada.

6.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM) - LIQUIDAÇÃO

Receitas Realizadas	R\$ 35.355.151,79
Deduções da Receita	R\$ 3.719.296,71
Despesas Liquidadas	R\$ 27.499.405,10
Repasse de Duodécimos	R\$ 1.000.000,00
Devolução de Duodécimos	R\$ 89.691,46
Transferências Financeiras para Adm Indireta	R\$ 0,00
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 3.226.141,44

O Resultado da Execução Orçamentária foi apurado com base nos empenhos liquidados.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 14/03/2018
Hora da Geração: 23:29:52